

SERJUSMIG



Notícias

Informativo do Sindicato dos Servidores da Justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais

Três meses de luta na ALMG para a aprovação da data-base

Absurdo. Mesmo se tratando de direito constitucional, deputados arrastaram por 3 meses a aprovação da data-base 2014. Reajuste foi sancionado em julho

| Pág. 6



Sindicato pressionou deputados por três meses até conseguir a aprovação da data-base

PENDURICALHOS

Trabalhadores desrespeitados - deputados aprovam inúmeros benefícios aos magistrados mineiros, mas negam direitos a Servidores no PLC59/2014.

| Pág. 4

VITÓRIAS

PV2007, elevação de seis padrões e atraso da data-base de 2011 sofrerão correção monetária e juros de mora.

Decisões favoráveis em ações impetradas pelo SERJUSMIG determinam que o TJMG efetue estes pagamentos.

| Pág. 10

CONTRATADOS A TÍTULO PRECÁRIO

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), a dispensa dos contratados a título precário e proibiu novas contratações para substituir licenças e afastamentos.

Em meio às discussões, os contratados a título precário e o SERJUSMIG lutam pela posse de, pelo menos, 1200 aprovados no concurso vigente.

| Pág. 7



Caixão e coroa de flores representam velório simbólico do concurso público

SERVIDORES

Da literatura ao esporte, os Servidores da 1ª Instância vêm mostrando seu talento em atividades fora do exercício das funções.

Confira algumas notícias sobre nossos colegas.

| Pág. 8

AGE vai debater pautas importantes para a categoria

Importante. Marcada para o dia 2 de agosto, a Assembleia Geral Extraordinária - AGE vai debater pauta de reivindicações e organização da categoria

O primeiro semestre de 2014 foi marcado por muitos feriados prolongados e quase um mês de pausa por conta da Copa do Mundo. Mas, apesar disso, e ao contrário do que muitos previam, foram meses intensos e repletos de lutas.

Desde o início do ano, o SERJUSMIG vem empreendendo uma longa batalha pela defesa dos interesses dos Servidores. Na ALMG, a luta diuturna foi em busca de alterações no PLC59/2014 e aprovação da data-base. No TJMG, pela instituição da gratificação por atividade de chefia, pela publicação das vagas da PV e pela contratação dos aprovados no concurso público vigente, sendo esta última extensiva ao CNJ. No âmbito judicial, nossa atuação também foi permanente e resultou em importantes vitórias.

Nesta trajetória de lutas, muitas batalhas foram vencidas, como vocês poderão ver ao longo desta edição do SERJUSMIG Notícias. Mas algumas delas permanecem em curso e outras se apresentam e vão demandar de nós muito empenho e muita sinergia. Para vencê-las, é imprescindível nos mantermos unidos e dispostos a fortalecer a luta.

Juntos somos mais fortes e temos mais chances de conseguir construir um judiciário melhor e que trate com mais respeito e dignidade seus trabalhadores.

Boa leitura,

Sandra Silvestrini

Presidente do SERJUSMIG

O SERJUSMIG realizará, no sábado 2 de agosto, uma Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da categoria para debater a pauta de reivindicações a ser apresentada ao novo presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt Marcondes, e também definir estratégias de organização dos Servidores para alcançar êxito em suas pretensões.

É necessário, tendo em vista a mudança na presidência do TJMG, que haja a formalidade da aprovação da pauta a ser com ele debatida pela direção do Sindicato, conforme legislação vigente,

visando eventuais desdobramentos destas tratativas.

“É de extrema importância que a categoria esteja participando das discussões e deliberações, integrando-se efetivamente a todo o processo de construção das lutas”, esclarece a presidente do SERJUSMIG, Sandra Silvestrini.

A direção do Sindicato espera reunir um grande número de Servidores, pois o momento atu-

al - que envolve discussões sobre o orçamento do TJMG para 2015, a unificação dos quadros de pessoal da 1ª e 2ª instâncias, as alterações no plano de carreira e a dispensa dos designados a título precário - exige muita união e organização da categoria.



Edital de Convocação - AGE

O SERJUSMIG - Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado de Minas Gerais, por meio de sua Presidente, Sandra Margareth Silvestrini de Souza, nos termos dos artigos 2º, inciso III, 4º, 5º, 6º, inciso VI, art. 13, inciso III, e art. 15º, inciso III do Estatuto da Entidade, convoca todos os seus sindicalizados para a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a ser realizada no sábado dia 02 de agosto de 2014, às 9h30, em 1ª convocação, com o número regimental;

e às 10h, em 2ª convocação, com o número de participantes, no Auditório do Colégio Monte Calvário, localizado na Rua Bernardo Guimarães, s/n (entre Av. Contorno e Rua Uberaba) - Barro Preto - BH/MG, para:

Debaterem e deliberarem sobre a seguinte pauta de reivindicações da categoria, a ser apresentada ao novo presidente do TJMG:

- Data-Base/2015
- Prêmio por Produtividade
- Reajuste Escalonado

- Gratificação Chefia (GEC) para Escrivão e Contador

- Situação das permutas e remoções

- Alterações do Plano de Carreiras/unificação quadros 1ª e 2ª instâncias

- Promoções Verticais e

- Posse dos aprovados em concurso público

Belo Horizonte, 16 de julho de 2014

(a) Sandra Margareth Silvestrini de Souza

Presidente/SERJUSMIG

EXPEDIENTE

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Sandra Margareth Silvestrini de Souza; **1º Vice-Presidente:** Rui Viana da Silva; **2º Vice-Presidente:** Luzimar Silva Nunes Gontijo; **Diretor Secretário:** José Teotônio Pimentel Gouvêa; **Sub-Diretor Secretário:** Juliano Ribeiro da Cunha; **Diretora Financeira:** Tatiana Correia Borges; **Sub-Diretor Financeiro:** Alípio de Faria Braga; **Diretora de R.Públicas, Promoções e Eventos:** Simone Salgado Rodrigues Gomes; **Sub-Diretor de R. Públicas, Promoções e Eventos:** Willer Luciano Ferreira; **Diretor de Recreação, Esportes, Lazer e Cultura:** Théo Lellis Alves Nardelli; **Sub-Diretora de Recreação, Esportes, Lazer e Cultura:** Denise Silvestrini de Campos; **Diretora Social:** Ana Maria Gomes de Souza Bertelli; **Sub-Diretor Social:** Adalton Couto do Carmo.

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS: 1º) Antônio Ancelmo de Sousa; 2º) Ênio de Senna Gomes Júnior; 3º) Jorcelina Aparecida Ferreira; 4º) José de Queiroz Toledo; 5º) Luciano César; 6º) Maria Auxiliadora A. de Souza Teixeira; 7º) Tadeu José da Rocha. **SUPLENTE:** 1º) Antônio Costa dos Santos Júnior; 2º) Eduardo Luiz P. Furbeta; 3º) Jorge Antônio de Almeida; 4º) Juarez Rogério de Oliveira; 5º) Maria Madalena Botinha Alves Cardoso; 6º) Wellington Quintiliano.

Editoras Responsáveis: Ana Drummond Guerra (MG05574JP) e Renata Carneiro (MG08322JP)

Projeto Gráfico: Sônia Silva **Diagramação:** Renata Carneiro

Textos: Ana Drummond Guerra e Renata Carneiro

Fotos: Ana Drummond Guerra, Renata Carneiro, Franklin Almeida e colaboradores

Impressão: Gráfica Formato **Tiragem:** 10.500 exemplares

Escrivães e contadores participam de reunião no Serjusmig

Indefinição. Escrivães e contadores aguardam, desde 2007, solução do Tribunal para a gratificação pela atividade de chefia

Mais de 150 escrivães e contadores de diversas comarcas de Minas participaram de reunião no Sindicato, realizada em junho.

Encontro teve como objetivo ouvir da categoria as dificuldades enfrentadas e traçar estratégias de luta.

Plantões não indenizados, horas não pagas trabalhadas além da jornada, falta de pessoal e de equipamentos, além do excesso de trabalho, foram algumas das queixas apresentadas pelos escrivães e contadores que compareceram à reunião da categoria, realizada na sede do Sindicato, no dia 7/6.

Omissão do TJMG é repudiada

A principal reclamação dos Servidores se refere à falta de reconhecimento

por parte do TJMG.

Os colegas demonstraram profunda insatisfação com a forma como o TJMG vem tratando a questão da gratificação pela atividade de chefia. Desde 2007, o TJMG protela a solução deste problema e os mantém tabalhando por 8 horas por dia e recebendo, comparativamente com os demais cargos do Judiciário mineiro, como se trabalhassem por 6 horas.

Sandra Silvestrini, presidente do SERJUSMIG, explicou sobre a origem das 8 horas e todas as tentati-

vas do Sindicato em alterar essa situação, junto ao CNJ, à ALMG e ao próprio TJMG. Após amplo debate, os presentes à reunião decidiram dar um voto de confiança ao presidente eleito do TJMG, aguardando que ele se inteire melhor do assunto e se manifeste a respeito, antes de a categoria deliberar algum tipo de mobilização, que pode chegar à paralisação das atividades.

Neste sentido, decidi-

ram aguardar até a data da 2ª Sessão do Órgão Especial sob sua presidência. Caso até lá o Sindicato não receba uma resposta do presidente a respeito de como e quando pretende solucionar a questão, os Servidores comparecerão a essa 2ª sessão a fim de demonstrarem a insatisfação da categoria e tentarem conversar, através de um grupo a ser destacado, com o desembargador Bitencourt Marcondes.



Escrivães e contadores se mobilizam em reunião no SERJUSMIG para cobrar do TJMG solução para antigas pendências

4ª edição dos Encontros Regionais do Serjusmig atrai centenas de Servidores

Participação. O Encontro aconteceu em Uberlândia, no dia 31 de maio, e em Poços de Caldas, no dia 14 de junho. Próxima parada será em Juiz de Fora, no dia 16 de agosto

A 4ª Edição dos Encontros Regionais do SERJUSMIG se mostrou um grande sucesso. Centenas de Servidores

participaram das atividades propostas, nas duas cidades onde o evento foi realizado.

As palestras abordaram temas como "Orçamento Público", a partir de uma análise do economista e técnico da Subseção Judiciária SERJUSMIG / Sinjus do Dieese, Fabrício Cruz; "Plano de Carreiras" e

as lutas do Sindicato.

Houve espaço também para a descontração. Em Uberlândia, o contador de histórias Roberto de Freitas, abordou de forma lúdica, temas como autoestima e autoconfiança.

Já em Poços de Caldas, o divertimento ficou por conta de uma

bem-humorada e descontraída apresentação do grupo "Trupe de Ruah".



Encontro em Uberlândia



Encontro em Poços de Caldas

Luta contra PLC59/2014 não impede sanção do projeto

Penduricalhos. SERJUSMIG lutou incansavelmente para estender à sociedade a discussão sobre o polêmico projeto que cria diversos benefícios aos magistrados e que desconsidera os direitos dos Servidores

Desde que o Projeto de Lei Complementar (PLC) 59/2014, que altera artigos da Lei de Organização e Divisão Judiciárias (LC59/2001) foi aprovado pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e passou a tramitar na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), o Sindicato empreendeu um trabalho incansável de corpo a corpo com os deputados, reivindicando apoio para que o PLC fosse submetido a audiência pública e sofresse emendas.

O SERJUSMIG tinha intenção de abrir o debate com a sociedade e evitar sua aprovação atropelada e sem a participação daqueles que seriam afetados pelas mudanças.

Na prática, o objetivo do PLC 059/2014 foi criar vários benefícios financeiros para magistrados, tais como:

- auxílio para aquisição de livros e para custear gastos com saúde;

- aumento do valor do reembolso das despesas de mudança com remoção/promoção e da indenização de férias de 2/3 para 4/3 anuais;

- instituição de gratificações pelo plantão de finais de semana e feriados e pela função de direção dos foros, dentre outros.

Além da aprovação do projeto representar um altíssimo custo para os cofres públicos, o Sindicato questionou o fato deste atropelar demandas antigas dos

Servidores, que, sob o argumento da falta de recurso financeiro, aguardam na “prateleira” do Tribunal há anos: gratificação de Escrivães e Contadores = Lei 20865/2013; redesenho da 1ª Instância, em especial a posse de aprovados em concurso nos cargos criados pela Lei 20964/2013 e a revisão da carreira, assegurando a promoção vertical e não criando mera expectativa nos Servidores; dentre outros.

Seis meses após ter sua tramitação iniciada na ALMG, no dia 11/6 o projeto foi aprovado por unanimidade, sendo apenas oito os deputados que, embora votando a favor de sua aprovação, votaram contra o Art. 45 do substitutivo, que garante aos magistrados os novos auxílios.

Discriminação

Por outro lado, os mesmos deputados que votaram a favor do auxílio saúde para magistrados (que pode chegar a quase R\$3 mil), foram contra a emenda proposta pelo SERJUSMIG e pelo Sinjus, de instituir o benefício também para os Servidores.

Da mesma forma, votaram contra as emendas do SERJUSMIG, que criavam para os Servidores gratificação pelos plantões e pela administração do foro (aprovadas apenas para os magistrados) e também contra as que tornavam livre a remoção e permuta.

Situação inadmissível

Mais grave foi os deputados aprovarem as mudanças propostas pelo TJMG que permitem aos magistrados integrarem comissões responsáveis por procedimentos administrativos contra Servidores. Ignorando os alertas do SERJUSMIG de que, desta forma, o processo administrativo se tornaria mais um instrumento de perseguição e assédio moral. Isso, além do fato de que os Servidores membros das comissões passariam a se sentir coagidos e inibidos com a presença de um superior hierárquico em sua composição, com poderes, inclusive, para avaliá-los e processá-los administrativamente.

Todas essas emendas (à exceção do auxílio saúde) já haviam sido aprovadas

Quem votou contra

Os deputados que votaram contra os incisos do Art. 45 listados na reportagem foram:

Adelmo Carneiro Leão (PT)

Maria Tereza Lara (PT)

Marques Pereira (PTB)

Neider Moreira (PSD)

Pompílio Canavez (PT)

Rogério Correa (PT)

Sargento Rodrigues (PDT)

Ulysses Gomes (PT)

nas comissões permanentes da Casa e na votação de 1º turno em plenário, mas foram retiradas por força da aprovação do relatório do deputado Zé Maia (PSDB) quando o projeto voltou à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária para emitir parecer para apreciação em 2º turno.

Sanção com vetos

Em 28/6, a sanção do governador em exercício, Alberto Pinto Coelho, foi publicada no Diário Oficial do Estado, tendo o mesmo oposto alguns vetos.

Vetos do governador

Dentre os artigos vetados por ele, estão o que previa a classificação como comarca de entrada especial aquela com três ou mais varas e população igual ou superior a 100 mil habitantes e o que assegurava o direito aos magistrados de converterem, em espécie, a título de indenização, as férias-prêmio não gozadas.



Servidores e magistrados acompanham, na ALMG, votação do PLC59/2014

Pedro Bitencourt Marcondes toma posse no TJMG

Posse. Mais novo desembargador da história do TJ a assumir o cargo, Pedro Bitencourt Marcondes herda pendências da gestão passada



O desembargador Pedro Bitencourt Marcondes tomou posse dia 30/6

Tomou posse, no dia 30/6, como presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), o desembargador Pedro Bitencourt Marcondes, para o biênio 2014/2016. O SERJUSMIG se fez presente na solenidade.

Em seu primeiro pronunciamento como presidente do TJMG, Marcondes enumerou o que chamou de linhas de atuação primordiais: a atenção ao primeiro grau de jurisdição; a unificação das carreiras dos Servidores de primeira e segunda instâncias; a distribuição dos recursos humanos e materiais conforme a demanda de trabalho e a democratização da atuação administrativa e da idealização do orçamento.

O novo presidente estabeleceu também como meta a instalação do Processo Judicial eletrônico (PJe) em todas as varas de Belo Horizonte até o final de 2014 e em todas as comarcas de entrância especial no primeiro semestre de 2015 e, ainda, investimento na valorização da

força de trabalho – magistrados e Servidores – “não só com remuneração digna para as relevantes funções exercidas, mas, sobretudo, com a formação adequada para o exercício das atribuições do cargo”.

Presidente assume o cargo com vários assuntos importantes pendentes

Assumir a presidência do TJMG transferiu não só o título para o desembargador Marcondes, mas também várias pendências não resolvidas, herdadas de gestões passadas do Tribunal, todas de suma importância para os Servidores da 1ª Instância.

Confira algumas delas:

- Posse dos aprovados no concurso público vigente
- Apontamento das vagas das PVs 2013 e 2014
- Regulamentação e efetivação do previsto na Lei nº 20865/2013 (gratificação de escrivães e contadores)
- Necessidade de implementação de uma política

de valorização dos Servidores, mediante alterações no plano de carreiras e reajustes na tabela de vencimento (reajuste escalonado).

Sindicato espera seriedade e compromisso com a 1ª Instância

A expectativa do Sindicato é que, em consonância com seu discurso de posse, o novo presidente do TJ tenha como prioridade o respeito aos direitos do Servidor.

Na avaliação da direção do SERJUSMIG, para cumprir seu plano de valorização dos Servidores, será necessário que o novo presidente promova alteração no Plano de Carreiras, já que o direito à promoção vertical não tem se confirmado, por falta de vagas, frustrando e desmotivando, com isto, o Servidor que investe em sua formação pessoal e profissional e não tem a contrapartida da instituição.

Outro desafio de Mar-

condes é modificar uma grave situação: a insatisfação dos escrivães e contadores. Estes Servidores, embora gerenciando equipes de trabalho, responsabilizando-se pelo cumprimento de metas e cumprindo carga horária superior à dos demais cargos, não recebem do TJMG nenhuma gratificação ou indenização que diferencie o exercício da atividade de gerência.

SERJUSMIG já reivindicou mudanças

O SERJUSMIG já antecipou conversa sobre estes assuntos com o desembargador presidente, em reunião ocorrida em 19/05/2014, quando, embora já eleito, ainda não havia assumido o cargo.

Após a posse, o Sindicato solicitou o agendamento de nova reunião, na qual, de forma oficial, buscará aprofundar estes temas, que também serão debatidos com os Servidores na AGE a ser realizada em agosto (2/08).



Wagner Ferreira (Sinjus) e Rui Viana (Serjusmig) assistem à posse

Especial. Data-base é aprovada depois de três longos meses de espera e luta

Mesmo se tratando de Direito Constitucional, os Servidores aguardaram três meses até conseguir aprovar o reajuste. O Deputado Gustavo Corrêa (DEM) reteve o projeto por 39 dias alegando motivos que não podiam ser revelados



Dep. Gustavo Corrêa (DEM), explicando ao interlocutor do TJ e ao Sindicato que não iria pautar a data-base

No início do mês de abril, o Órgão Especial do TJMG aprovou, por unanimidade, o anteprojeto contendo a revisão-geral de 2014 dos vencimentos dos Servidores (data-base), em 6%. Para evitar atrasos, os Sindicatos concordaram com o índice, e o anteprojeto foi imediatamente remetido à ALMG.

Aprovada no dia 9/4 no Órgão Especial, uma semana depois a mensagem do presidente do TJMG encaminhando a revisão-geral de 2014 para votação foi lida na ALMG, recebendo o número de PL 5133/2014.

Para ser aprovado, o projeto precisaria passar por três comissões permanentes (Constituição e Justiça, Administração Pública e Fiscalização Financeira e Orçamentária), e ser votado em dois turnos no Plenário. A fim de tentar garantir que esse caminho fosse percorrido o mais rapidamente possível, dirigentes do SERJUSMIG se reu-

niram, no dia 23/4, com o presidente da ALMG, deputado Dinis Pinheiro (PP), e obtiveram do parlamentar o compromisso de agilizar a tramitação do PL.

Seis dias depois da reunião, o projeto entrou na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde foi aprovado imediatamente por unanimidade. Mas ao ser remetido à Comissão de Administração Pública (CAP) o projeto ficou “engavetado” por 39 dias, já que seu relator naquela comissão, deputado Gustavo Corrêa (DEM), não o colocava em pauta.

Diariamente, dirigentes do Sindicato compareciam à ALMG. No dia 29/5, o juiz Renato César Jardim, interlocutor da então presidência do TJMG, compareceu à ALMG, ao lado de dirigentes do SERJUSMIG e do Sinjus, para tentar convencer Corrêa a pautar o PL. Na ocasião, o deputado foi enfático: “Vou ouvi-los, mas já adianto

que ainda não vou pautar o PL e não posso informar quando o farei. Reservome o direito de não expor os motivos; só posso dizer que eles existem”, disse.

Enquanto a CAP protelava a votação do PL5133/2014, o PLC dos Penduricalhos avançava na Casa. A angústia dos Servidores só foi amenizada no dia 5/6, quando o projeto foi, finalmente, aprovado pela CAP. Em seguida, a tramitação correu de forma mais célere.

Contracheques reajustados

O valor dos vencimentos dos Servidores relativos ao contracheque de julho foi corrigido com o índice do reajuste (6%) e também o da antecipação de 50% do 13º salário. A primeira parcela do 13º foi depositada dia 15/07.

Sobre as parcelas retroativas de maio e junho, até o fechamento da edição, não havia definição por parte do TJMG.

“ Vou ouvi-los, mas já adianto que ainda não vou pautar o PL e não posso informar quando o farei. Reservome o direito de não expor os motivos. ”

DESTAQUE

Data-base é uma vitória da categoria

Para a presidente do SERJUSMIG, Sandra Silvestrini, a conquista da data-base foi uma importante vitória da categoria. Ela explica que, embora a Lei da data-base não dispense a aprovação anual do índice, assegura que os vencimentos sejam revistos anualmente a partir de uma data definida, no caso, 1º de maio.

Segundo a presidente, isto evita situações que ocorriam anteriormente no judiciário mineiro e ainda ocorrem com várias categorias, que é o fato de, às vezes, os trabalhadores

ficarem longos períodos sem reajuste, e quando ocorre o acordo quanto ao índice, ele passa a vigorar dali em diante e não a partir da data-base da categoria. “Todo ano, por força da própria Constituição Federal, temos que negociar e aprovar por lei o índice da revisão. Mas sua vigência já não precisa mais ser negociada, porque, por força de uma luta exitosa, conquistamos, em maio de 2010, a Lei nº 18909, que fixa em 1º de maio nossa data-base para a revisão dos vencimentos e proventos”, comemora Sandra.

Precários. Contratados a título precário correm sério risco de serem demitidos

Mais de 800 aprovados no concurso público de 2009 foram contratados a título precário e muitos deles permanecem, desde então, sem previsão de nomeação. A situação se agravou depois da decisão do CNJ que determinou a dispensa destes Servidores.

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) contratou precariamente mais de 800 candidatos aprovados no concurso público de 2009. A alegação do TJMG para não efetivar os aprovados é de que eles estariam apenas substituindo Servidores licenciados, não havendo, portanto, vagas disponíveis.

Mas, com a aprovação da Lei 20.964/2013 surgiram 1.100 cargos de oficial de apoio judicial e mais 100 de oficial judiciário. Os cargos estão vagos e a 1ª Instância necessita do provimento deles, pois, ainda em 2007, o TJMG fez um levantamento que apontou um déficit de mais de cinco mil Servidores.

A falta desta providência provoca prejuízos aos Servidores e à sociedade.

Um levantamento feito pelo Tribunal sobre o índice de adoecimento dos Servidores da Justiça de 1ª Instância mostra que, só em 2013, mais de sete mil trabalhadores foram afastados devido a problemas de saúde, sendo a depressão uma das doenças mais frequentes.

Na avaliação da direção do SERJUSMIG, o resultado deste quadro é a má qualidade da prestação jurisdicional. “O que está acontecendo no Judiciário mineiro é uma afronta aos direitos dos cidadãos: perdem os Servidores, que estão adoecendo devido ao stress provocado pelo volume desumano de trabalho, perdem os advogados, que não veem seus processos avançar, e perde toda a sociedade, que tem à disposição uma presta-



Contratados a título precário caminham, em passeata, até o Fórum

ção jurisdicional indigna e ineficiente”, ressalta a presidente do SERJUSMIG, Sandra Silvestrini.

Precários serão dispensados e não poderá haver mais designações precárias

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou ao TJMG a demissão de todos os contratados a título precário a partir de maio de 2014. O Tribunal, no entanto, recorreu ao CNJ e ao Supremo Tribunal Federal (STF) para prorrogar o prazo em mais 18 meses.

Em meio a estas discussões, os contratados a título precário e o SERJUSMIG lutam pela posse de, pelo menos, 1200 aprovados no concurso. Visando chamar a atenção da sociedade

para a gravidade do problema, realizaram manifestações em frente ao Fórum Lafayette, elaboraram documentos que distribuíram a conselheiros do CNJ e ao presidente do STF, Ministro Joaquim Barbosa, no qual contaram com o apoio da OAB/MG.

Além de peticionar ao TJMG, STF e CNJ, a assessoria jurídica do Sindicato se reuniu pessoalmente com vários Conselheiros defendendo a posse imediata dos concursados.

Mas a decisão do CNJ não atendeu às súplicas da entidade e dos contratados. O julgamento do procedimento aconteceu no dia 16/6 em Brasília e o CNJ ordenou que o TJMG contrate, até o final deste ano, 267 aprovados, sendo que a dispensa de todos os precários deverá ser escalonada no prazo de um ano (de quatro em quatro meses um número determinado será dispensado).

A partir de agora, o TJMG está proibido de contratar precários para substituir as férias, licenças, afastamentos e impedimentos dos Servidores efetivos. O departamento jurídico do SERJUSMIG estuda medidas a serem tomadas, possivelmente em agosto deste ano, em favor da posse dos aprovados no concurso vigente, cujo prazo vence em janeiro de 2015.



Dezenas de contratados a título precário participaram da manifestação no Fórum Lafayette

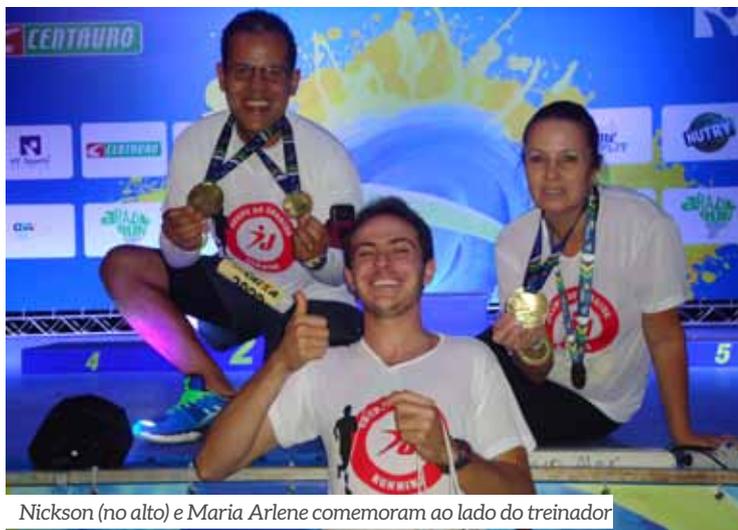
Administrador da comarca de Araguari vence corrida em Uberlândia

Esporte. Nickson Carvalho e sua esposa, Maria Arlene Carvalho, venceram competição realizada no Parque do Sabiá, deixando para trás nove duplas

O atleta, que quando começou seu treinamento pesava 89 quilos, hoje comemora 18 quilos a menos e incentiva quem quer começar a praticar esportes.

Vinte e quatro minutos foi o tempo gasto pela dupla Nickson e Maria Arlene Carvalho para completar a prova de 5km, da categoria dupla mista, do Circuito Caixa de Corridas. A etapa do evento foi realizada em maio, no Parque do Sabiá, em Uberlândia, e contou com cerca de 1500 participantes.

O oficial judiciário e administrador do foro de Araguari e sua esposa, que é professora, concorreram com outras nove duplas. “É muito bom saber que mesmo sendo um corredor amador, os treinos estão dando ótimos resultados. A corrida é, para mim, qualidade de vida. As competições servem para turbinar



Nickson (no alto) e Maria Arlene comemoram ao lado do treinador

mais ainda os treinos, já que, independentemente da classificação, é muita adrenalina subir ao pódio”, afirma.

O SERJUSMIG parabe-

niza o casal pela vitória no Circuito Caixa de Corridas e também pelo belo incentivo à conquista de uma vida saudável através da prática de esportes.

Lançamento de Servidores no mercado editorial

Leitura. A experiência profissional de um Comissário e a fé de uma Servidora: dois livros que mostram o talento literário de nossos colegas

“Fúria e Revolta à Flor da Pele”

Lançado em fevereiro deste ano, o livro “Fúria e Revolta à Flor da Pele”, de autoria do Servidor Anderson Tadeu, apresenta experiências viven-

ciadas pelo comissário da infância e da juventude no exercício de suas funções. O título faz menção aos sentimentos que permeiam a sociedade e os seus personagens. “Há, também, o aspecto das crianças e dos adolescentes que sofrem maus tratos e têm os seus direitos prejudicados quando ficam à mercê de pais ou responsáveis legais que dão mau exemplo, ofendem a sua dignidade e não lutam pelos seus direitos”, explica o autor.

Como comprar - Os interessados em adquirir o livro (comercializado por R\$30,00), podem entrar em contato direto com o autor pelo e-mail

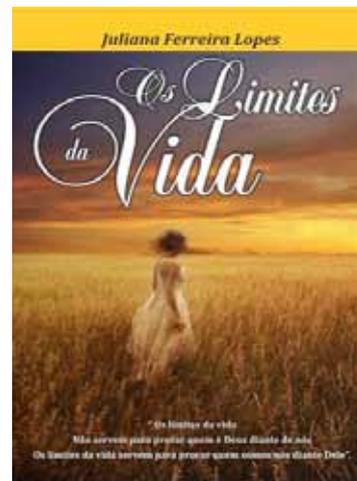
andersontadeucampelo@yahoo.com.br, ou pelo telefone 31-98097739.

“Limites da Vida”

A Servidora Juliana Ferreira Lopes, da 13ª Vara Criminal de Belo Horizonte, lançou recentemente o livro “Os limites da vida”. “O abismo da alma, somente outro abismo o pode encher: o de uma divina felicidade e de um celeste amor. A alma, nenhuma coisa imortal a pode satisfazer completamente, porque está destinada à imortalidade; nenhuma causa humana lhe pode dar a paz, porque ela não pode descansar senão em Deus. Só nos resta, então,

clamar a Deus para que Ele levante nossa alma, acima de um mundo vão, falaz, até o trono estelar de Deus Eterno!”

Como comprar - O livro pode ser adquirido pelo e-mail julipesjf@ig.com.br



CNJ baixa resoluções que podem representar o fim da discriminação da Justiça de 1ª Instância

Esperança. Duas recentes resoluções baixadas pelo Conselho Nacional de Justiça representam novo alento na busca da igualdade entre 1ª e 2ª instâncias

Após averiguar a imensa inversão de prioridades dos Tribunais de Justiça do País em relação à Justiça de 1º grau, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu intervir e baixou duas resoluções de extrema importância para dar início a um novo tempo.

A Resolução 194/2014 do CNJ institui a “Política Nacional de Atenção Prioritária ao 1º grau de Jurisdição”, com o objetivo de desenvolver, em caráter permanente, iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento da qualidade, celeridade, eficiência, eficácia e efetividade dos serviços judiciais da 1ª Instância dos tribunais brasileiros. Já a Resolução 195/2014 dispõe sobre a distribuição equitativa de orçamento nos órgãos do Poder Judiciário de 1º e 2º graus.

Para o vice-presidente do SERJUSMIG, Rui Viana, a falta de atenção e de investimentos na 1ª Instância é a principal causa do adoecimento dos Servidores. Segundo ele, o quadro defasado de pessoal da 1ª Instância, aliado à negativa da Administração do TJMG de dar posse aos aprovados

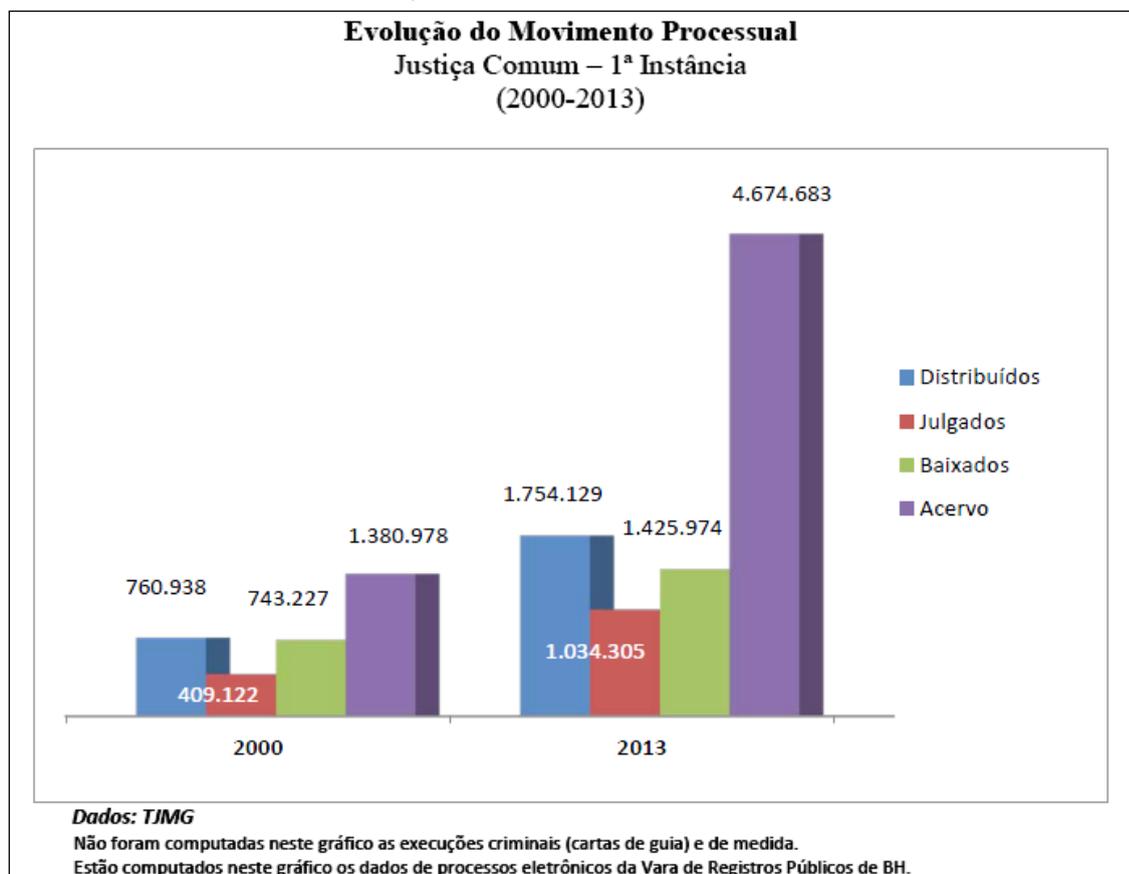
em concurso, tornam cada dia mais desumana a carga de trabalho.

Para se ter uma ideia do quadro de defasagem, o gráfico abaixo mostra, com dados do TJMG, a evolução no número de processos distribuídos, julgados, baixados e em acervo no Tribunal, entre 2000 e 2013.

Enquanto o número de Servidores permanece quase inalterado, o de processos em acervo subiu 238,5% nesses 13 anos.

O SERJUSMIG espera que, finalmente, a voz da 1ª Instância seja ouvida e respeitada. “Há anos cobramos, no mínimo, igualdade da Administra-

ção do TJMG no trato das questões afetas às duas instâncias, mas nossas reivindicações esbarram sempre na política que prevaleceu em sucessivas administrações do TJMG, de ‘Farinha pouca, meu pirão primeiro’, desabafa Rui ao comemorar as resoluções do CNJ.



TJMG reajusta valores das diligências

Reajuste. Verba indenizatória das diligências realizadas pelos comissários de menores, assistentes sociais, psicólogos e oficiais de justiça sofre reajuste

Os valores da verba indenizatória das diligências realizadas pelos comissários de menores, assistentes sociais, psicólogos e oficiais de justiça em feitos amparados pela justiça gratuita, de réu pobre e também de feitos dos Juizados Especiais, foram reajustados, conforme o

Provimento-Conjunto nº 33/2014 publicado no Diário do Judiciário Eletrônico (DJe), no dia 23/6.

Os novos valores passam a ser: de R\$12,79 (doze reais e setenta e nove centavos), para mandados cumpridos na região urbana, e R\$21,24 (vinte e um reais e vinte e quatro cen-

tavos) para os mandados cumpridos na zona rural, e de R\$42,48 (quarenta e dois reais e quarenta e oito centavos), independentemente da distância percorrida, nas diligências relativas aos plantões regionais.

Segundo a presidente do SERJUSMIG, Sandra Silvestrini, esse reajuste só foi possível em virtude

das negociações favoráveis, realizadas em 2013, relativas ao orçamento do TJMG para o ano de 2014. “Naquela oportunidade, conseguimos garantir na proposta orçamentária que o valor destinado ao reembolso das diligências dobrasse, tendo em vista a criação do Fundo Especial do Judiciário”, afirma.

PV 2007 e data-base 2011 sofrerão correção monetária e juros de mora

Vitórias. Ações impetradas pelo SERJUSMIG obtiveram sentenças favoráveis e Servidores serão restituídos

PV 2007 deverá sofrer correção e juros

No dia 09/11/11, foi publicada a Portaria nº 1405/2011 concedendo a Promoção Vertical (PV) relativa ao exercício de 2007 aos Servidores da Justiça de Primeira Instância, determinando o posicionamento dos Servidores a partir de 01/01/08. No entanto, o pagamento do valor do passivo somente começou

a ser realizado quase um ano depois.

O SERJUSMIG ajuizou ação a fim de evitar a perda do valor aquisitivo da quantia percebida por seus filiados. No dia 24/06/2014 foi publicada a sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos do Sindicato, para determinar o pagamento de correção monetária e juros de mora sobre a diferença remuneratória da PV de 2007.

Ação dos seis padrões também tem decisão favorável

Em 14/07/14 foi publicado o acórdão nos autos da ação ordinária, movida pelo SERJUSMIG (processo nº 2950068.97.2011.8.13.0024), em curso perante a 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG), confirmando a sentença que julgou procedentes os pedidos do Sindicato para determinar o pagamento de correção monetária e juros de mora sobre a diferença remunerató-

ria gerada dos seis níveis concedidos de acordo com a Lei Estadual nº 16.645/07 pagos com atraso.

Cabia ao TJMG implementar a elevação dos seis padrões a partir de 1º de janeiro de 2007, mas só o fez em outubro de 2007.

O pagamento dos valores retroativos teve início em fevereiro de 2008, sem nenhuma correção monetária ou juros de mora.

Atraso da data-base de 2011 sofrerá correção monetária e juros de mora

O TJMG confirmou, no final de maio, sentença proferida a favor do

SERJUSMIG, referente à cobrança de correção monetária e juros de mora sobre o pagamento em atraso da data-base de 2011.

Contra as decisões ainda cabem recursos.



Justiça determina anulação dos atos de filiação dos oficiais de justiça ao SERJUSMIG

Desfiliação. Decisão proferida em ação impetrada pelo Sindojus anula os atos de filiação dos oficiais de justiça ao SERJUSMIG

Uma decisão proferida pela juíza da 33ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, Jaqueline Monteiro de Lima, anula os atos de filiação dos oficiais de justiça ao SERJUSMIG, mesmo aqueles que se deram antes da fundação do Sindojus.

A decisão foi proferida em ação impetrada pelo Sindojus, na qual pediu

a desfiliação compulsória de todos os oficiais de justiça e a imposição de multa diária ao Sindicato, em caso de descumprimento.

Se a decisão não for reformada, os oficiais de justiça serão impedidos de usufruir os benefícios individuais ofertados pelo Sindicato, tais como: assessoria jurídica gratuita, descontos previstos

nos convênios firmados pela entidade, hospedagem nos apartamentos do Residencial Serjuszmg e convênio com a Unimed.

O SERJUSMIG contestou a ação proposta pelo Sindojus, argumentando o direito da liberdade da associação sindical, prevista na Constituição Federal. Mas a juíza proferiu decisão contrária.

O Sindicato recorreu

da decisão, que, porém, foi mantida pela 8ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região.

Novo recurso foi interposto pelo SERJUSMIG, o qual, até o fechamento desta edição, não havia sido apreciado.

Tão logo haja uma decisão final sobre o assunto, os Oficiais de Justiça serão devidamente comunicados.

Rodada de visitas a comarcas mineiras

Dezesseis comarcas mineiras receberam a visita do SERJUSMIG no segundo trimestre de 2014. O vice-presidente (hoje afastado) Luiz Fernando Souza e o conselheiro fiscal Antônio Costa dos Santos Júnior, acompanhados de alguns dirigentes do Sindicato, percorreram as comarcas nos meses de abril, maio e junho para avaliar de perto

a realidade e as condições de trabalho dos Servidores. “Percebemos a necessidade dos nossos colegas de dividir conosco as dificuldades do dia-a-dia de trabalho. Muitos aproveitam para sanar dúvidas sobre plano de carreira e PV”, explicou Souza.

O quadro reduzido de Servidores, o acúmulo de processos e também a falta de estrutura no local de

trabalho foram algumas das situações mais observadas nas visitas. “Pudemos verificar que alguns fóruns foram reformados recentemente. Nestes locais, os Servidores estão satisfeitos. Mas, na maior parte das comarcas, infelizmente, o ambiente de trabalho não é adequado e ainda há muito a ser feito. Esperamos que a nova gestão do TJMG volte os

olhos para a 1ª Instância e solucione problemas como este que se arrastam há anos”, pontua.

Para Santos, outro problema que deve ser urgentemente solucionado pelo Tribunal é a falta de perspectiva dos Servidores em relação à carreira, fator que também contribuiu para o aumento do índice de insatisfação e desmotivação.



Belo Vale



Bonfim



Brumadinho



Buenópolis



Campina Verde



Carlos Chagas



Carmo do Cajuru



Corinto



Governador Valadares



Guaxupé



Jacuí



Nanuque



Nova Resende



Santa Vitória



São Sebastião do Paraíso



Silvianópolis

Foi dada a largada para discussões e aprovação do orçamento do TJMG para 2015

Orçamento. O Projeto de Lei 5.218/14, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária (LDO) de 2015, foi aprovado na ALMG no dia 16/07

Foi aprovada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2015. A partir de agora, os Poderes do Estado têm que elaborar suas propostas orçamentárias e encaminhá-las ao Executivo, que, após a fase de compatibilização, remete para aprovação da ALMG.

Conforme explicações do economista da Subseção SERJUSMIG/Sinjus do Dieese, Fabrício Cruz, a Lei de Diretrizes Orçamentárias é promulgada anualmente e:

- Define metas e prioridades do governo
- Orienta a elaboração da LOA

- Dispõe sobre alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação da agência financeira oficial, da administração da dívida pública e as operações de crédito.

Além disso, explica ele, fixa limites para os orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público e dispõe sobre gastos com pessoal.

Após sua aprovação na ALMG, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) deve elaborar sua proposta orçamentária para 2015, seguindo as diretrizes da LDO. A data limite para o TJ enviar sua proposta é

08/08. E, até 30/09 o Executivo, após a chamada compatibilização, tem que enviá-la à ALMG, onde precisa ser aprovada até o dia 20/12.

Sandra Silvestrini, presidente do SERJUSMIG, critica o fato de a participação das entidades sindicais na elaboração do orçamento ser bastante superficial, até em decorrência do prazo mínimo estabelecido. “A discussão sobre o orçamento, envolvendo o levantamento das pendências, do custo para sua solução e das prioridades, deveria começar logo no início do ano. Nesta fase final, o que

teria que ocorrer seria a verificação da viabilidade destas, dentro das diretrizes orçamentárias”, diz.

Sandra lamenta também o fato de o Tribunal não se dispor a fazer uma discussão ampliada com os sindicatos, limitando a efetiva participação destes na elaboração e execução do orçamento da Casa.

O vice-presidente do SERJUSMIG, Rui Viana, será o representante da entidade nas reuniões que vierem a ser convocadas pelo TJMG para tratar sobre essa questão e contará com a assessoria de Fabrício Cruz.

Servidor é atacado por cães ao levar ofícios ao quartel em Ouro Branco

Acidente. Oficial de apoio atacado em Ouro Branco foi transferido e operado no Hospital do Ipsemg

No final de março, enquanto entregava ofícios no quartel da Polícia

Militar de Ouro Branco, o oficial de apoio Luiz Antônio Gonzaga dos

Santos foi atacado por três cães que vivem nas imediações.

Ao se assustar com os animais, Gonzaga sofreu uma grave queda, ferindo o braço direito, ambos os joelhos e quebrando o braço esquerdo.

O oficial de apoio foi transferido para o Hospital do Ipsemg para que pudesse se submeter a uma cirurgia para a colocação de parafusos e platina. “Não é possível que, no exercício de nossas funções, sejamos expostos a situações como essa”, lamenta.

Cães

Os cães que atacaram o Servidor há muito tempo assustam as pessoas que passam pelas imediações. Segundo Gonzaga, apesar de não serem cães da polícia, os animais são mantidos e cuidados pelos policiais. “Essa não foi a primeira vez que os cães atacaram alguém. Eles vivem ameaçando a população e até hoje continuam por lá”, afirma.

Depois do acidente, o quartel foi oficiado para que todos os ofícios para os policiais agora sejam entregues no Fórum.



Gonzaga, no Hospital do Ipsemg, onde se submeteu a cirurgia

COMUNICADO - O SERJUSMIG informa, de acordo com as regras contidas na legislação Eleitoral, o afastamento, dentro do prazo estabelecido na legislação eleitoral, de Luiz Fernando Pereira Souza, do cargo de vice-presidente do Sindicato, para concorrer a mandato político.